

*Perspectivas de gênero a partir da identidade feminina na representação presidencial
do Brasil, Chile e Argentina*

Danielle Jacon Ayres Pinto¹

Giuliana Facco Machado²

Yasmine Pereira Sensão³

RESUMO

É no cenário pós Consenso de Washington que candidatas como Cristina Kirchner, Dilma Rousseff e Michelle Bachelet pautam suas políticas e galgam a presidência de seus países. Partindo-se da premissa de que a identidade feminina é baseada nas construções históricas de identidade de gênero nas estruturas de poder, busca-se analisar os primeiros mandatos das presidentas, com base nas concepções de feminilidade e masculinidade nessas estruturas, assim, questiona-se, para além das identidades femininas apresentadas, a influência do capital masculino político. O presente trabalho consiste em um estudo histórico-comparativo, do qual faz uso do método hipotético-indutivo, a partir de técnica de revisão bibliográfica, para seu desenvolvimento.

Palavras- chaves: eixo ABC; gênero; estruturas de poder.

ABSTRACT

The scenario after Washington Consensus allowed candidates as Cristina Kirchner, Dilma Rousseff and Michelle Bachelet guide their policies and reach the presidency of their countries. Guiding by the premise that female identity is based on historical constructions of gender identity in the power structures, seeks to analyze the first mandates of presidents, based on femininity concepts and masculinity in these structures, as well, the question is to beyond the women's identities presented, the influence of male political capital.

¹ Professora Adjunta do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria e coordenadora do Grupo de Estudos, Extensão e Pesquisa em Política Internacional Contemporânea - GEPPIC - e-mail: djap2222@yahoo.com.

² Acadêmica do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria e membro do Grupo de Estudos, Extensão e Pesquisa em Política Internacional Contemporânea - GEPPIC - e-mail: giulianafacom@gmail.com

³ Acadêmica do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria e membro do Grupo de Estudos, Extensão e Pesquisa em Política Internacional Contemporânea - GEPPIC - e-mail: yasminesensao@gmail.com

This paper consists in a comparative historical study, which use hypothetical-inductive method and literature review technique for analyses.

Key-words: axis ABC; gender; power structures.

Introdução

Formulado em 1989, o Consenso de Washington objetivava a apresentar medidas econômicas de cunho neoliberal em uma tentativa de reverter o processo de crise vivido pela América Latina. Privatizações de empresas estatais e maior abertura comercial por parte dos países latino-americanos eram algumas das medidas propostas para a resolução dos problemas na economia desses Estados. Os governos nacionais da região, em maior ou menor grau, seguiram as ideias do Consenso de Washington, entretanto, a partir dos anos 2000, as desigualdades sociais aumentam, bem como os problemas oriundos desse fato, é nesse contexto que ascende na América Latina governos de esquerda, que trazem as pautas sociais como centro de suas plataformas políticas e ações de governo.

Outro fator histórico importante para esta pesquisa é a redemocratização dos países latino-americanos, uma vez que as novas democracias asseguravam o direito de voto à mulher, assim como, em muitas foram criados mecanismos de cotas para garantir representatividade feminina nas esferas de poder, portanto a busca por maior equidade passa a ser realidade, ainda que em muitos desses Estados à lei não seja cumprida. Assim, aos poucos, as democracias na América Latina observaram o aumento da presença do gênero feminino na política. É neste cenário que candidatas como Cristina Kirchner, Dilma Rousseff e Michelle Bachelet pautam suas políticas e galgam a presidência de seus países.

As teorias das relações internacionais preocupam-se em como o poder opera nas relações entre Estados, instituições e pessoas e o que é preciso para sustentar essas relações, como já afirmava a teórica feminista Sandra Whitworth (2008, p.397). Assim, as teorias feministas nas relações internacionais entendem que examinar as configurações de poder é inevitavelmente falar sobre gênero, pois Estados e suas políticas, os nacionalismos e, assim sendo, o sistema internacional não são neutros de gênero, conforme afirma Halliday (2008). A teórica feminista, Judith Butler (2010, p. 59), concebeu a noção de “performatividade de gênero”, segundo ela, “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural do ser”.

Com isso, partindo-se da premissa de que a identidade feminina é baseada nas construções históricas de identidade de gênero nas estruturas de poder, busca-se analisar os primeiros mandatos das presidentes do eixo Argentina, Brasil e Chile, com base nas concepções de feminilidade e masculinidade nessas estruturas. Desta forma, questiona-se, para além das identidades femininas apresentadas pelas chefes de Estado, se a influência do capital masculino político se fez presente nas corridas presidenciais. Por conseguinte, o presente trabalho consiste em um estudo histórico-comparativo, do qual faz uso do método hipotético-indutivo, a partir de técnica de revisão bibliográfica, para seu desenvolvimento.

Identidade Feminina: Um debate conceitual

O Sistema Internacional passou a considerar a inserção de novos atores nas Relações Internacionais a partir do que chama-se de terceiro e quarto debate, para além do Estado passou-se a considerar como atores as organizações internacionais, a sociedade, os movimentos sociais, não se trata aqui de realizar uma profunda explanação quanto a esses movimentos, mas é imperativo destacar a sua relevância para o presente estudo, assim, naquele período não só a Guerra Fria constrói um cenário intenso nas Relações Internacionais, mas outros fenômenos desafiavam as teorias convencionais como o processo de descolonização, a emergência do Terceiro Mundo e suas desigualdades, a vulnerabilidade econômica mundial projetada nos choques de petróleo e a ascensão da globalização.

É nesse contexto que os estudos Pós- colonialistas, influenciadas pelo marxismo, denunciam o desenvolvimento do capitalismo e a naturalização da rigidez dos pressupostos adotados nas atividades científicas são “um movimento para silenciar e excluir formas alternativas de produção de conhecimento e reproduzir relações de dominação”, conforme Nogueira e Messari (2005, p.189), levando, posteriormente, a novas construções epistemológicas dentro das Relações Internacionais, como o construtivismo, no qual acredita-se que os atores definem seus interesses em função de suas identidades relacionando-se entre si, sendo esses processos de construídos socialmente, assim, há uma relação entre agente e estrutura, a interação entre Estados é o que produz a estrutura, essa é condicionada pelas identidades dos agentes, atores do Sistema Internacional, é nessa perspectiva que encontra-se o estudo aqui produzido, pois as identidades analisadas nas questões de gênero estão inseridas como agentes que relacionam-se a estrutura condicionada pelo Estado.

A partir dessas novas abordagens, gênero e o feminismo são inseridos no conhecimento científico das Relações Internacionais, no entanto, as perspectivas neoliberais divergiam das lutas pela igualdade de

gênero e sua inserção no espaço público, expondo a divisão do trabalho nesse âmbito como sendo neutra de gênero.

O novo estilo de administração pública sabe-se inclusivo em relação ao gênero, e valoriza habilidades tradicionalmente vistas como femininas, como as habilidades de comunicar-se, de desenvolver simpatia e de oferecer apoio. Trata-se também de um estilo muito mais individualista do que o estilo antigo de se fazer administração pública, estando de acordo com as visões neoliberais sobre a vida organizacional. Dessa perspectiva, a ideia de espaços neutros oferece uma resolução aceitável para os dilemas em torno da igualdade de gênero. [...] Quanto mais a perspectiva neoliberal torna-se dominante, mais difícil é justificar uma medida de igualdade que não consista em aumentar as “ escolhas” possíveis. A ideia de um local neutro de gênero é altamente aceitável por que é a única maneira de conciliar o princípio da igualdade de gênero com o quadro geral do pensamento neoliberal. Num espaço de trabalho neutro em relação ao gênero todos são livres para escolher,mas não como homens ou mulheres, mas como indivíduos [...]. Ao focar a criação de um espaço de trabalho neutro em relação ao gênero, as políticas de igualdade de gênero efetivamente reduzem a capacidade de o Estado contribuir com a igualdade de gênero na sociedade. (CONNEL, 2016, P.86-88).

Complementar as perspectivas apresentadas, as ciências Sociais e Humanas consideram diversas faces e dimensões para a compreensão do conceito de identidade, resultantes de processos históricos e mudanças sociais que influenciaram os estudos a respeito da temática, conforme Hall (2002), existiriam três tipos de identidade associadas aos sujeitos do iluminismo, sociológico e pós-moderno.

Este estudo considera a última definição, tendo em vista o recorte histórico aqui proposto, embora caiba ressaltar que a identidade do sujeito pós moderno é um processo resultante das duas primeiras. De acordo com Hall (2002), o sujeito pós moderno não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente, assim a identidade é construída e transformada pelos sistemas culturais e sociais em que estão inseridos, sendo assim definidas historicamente, não existe uma identidade individualizada, ela não é produto de um “eu” isolado.

A modernidade com o processo da globalização teve grande impacto sobre a construção da identidade cultural, segundo Giddens (1991, p. 37-8) “ as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre aquelas próprias práticas, alterando assim, constitutivamente, seu caráter”. Segundo o antropólogo Roberto da Matta,

De todos os seres vivos, o homem é o único que tem a obrigação de fazer-se a si mesmo, de construir-se, de constantemente perguntar quem é, e qual o sentido da vida. [...] O homem tem de lutar pela vida, como todos os outros seres vivos, mas só pode realizar essa luta se sabe quem é: se tem identidade. Os animais não mudam [...]. Mas nós, humanos, vivemos a nossa sociedade e o nosso tempo. Somos acima de tudo maleáveis [...]. Por isso, precisamos de valores que nos definam e nos orientem. [...] Todos os homens têm uma identidade que recebem dos diversos grupos em que vivem. E cada sociedade busca fora e, sobretudo, dentro de si mesma, (na sua fantasia, nos seus mitos e ritos, crenças e valores) as fontes de sua identidade (MATTA, 1996, p. 35).

Dessa forma, nota-se que o desenvolvimento dos gêneros na construção de suas identidades são formados pelas relações culturais e sociais que encontram-se os sujeitos e suas subjetividades. Assim, a identidade feminina é uma construção histórica, construída socialmente por relações de poder que demonstram uma dominação baseada na masculinidade, no qual houve uma ampliação dos conceitos a defini-la para que fosse possível a incorporação de novas funções sociais, sem perder sua principal identificação na sociedade, a maternidade, que insere-se no espaço privado, de acordo com Beauvoir (1949;1960); Rocha-Coutinho (1994; 2000).

Destarte, as questões de gênero demonstram o mundo como construído socialmente por relações de poder, atribuída por Sjoberg (2010), como padrões sociais e valores associados ao gênero masculino, sendo o problema inserir esses no espaço público, no qual discute-se as relações de poder entre Estados, a racionalidade desses e a autonomia política, sendo assim uma esfera de ação que define suas agendas. Sendo o Estado um importante meio de direcionar a sociedade na mudança de gênero e como arena de mudança, conforme Connell (2016).

Feminilidade e Masculinidade

Dois tópicos de grande relevância, conforme Halliday (2008, p. 176-177), são referentes às mulheres e ao nacionalismo e o lugar dos direitos das mulheres na formulação das relações interestatais. Para o autor, os homens veem no Estado e nas ideologias que o legitimam um meio para reforçar o controle sobre as mulheres: exercido frequentemente via uma retórica de exaltação e respeito, ou através de políticas estatais que “melhoram” a posição da mulher. Além disso, para Youngs (2004, p. 76), o feminismo das Relações Internacionais tem identificado o *mainstream* (ou *malestream*, como é chamado também pelas feministas mais críticas) da teoria das Relações Internacionais como um dos discursos que ajudam a perpetuar uma

visão de mundo distorcida e parcial que refletem em um desproporcional poder de controle e influência que os homens detêm. No que tange as Relações Internacionais o Realismo⁴, apesar do surgimento de outras teorias, ainda é considerada a *mainstream*.

Conforme o autor Kenneth Waltz, em seu livro de 1959, *O Homem, O Estado e a Guerra*, a teoria das Relações Internacionais poderia ser categorizada em três imagens, neste trabalho considera-se somente a primeira, uma vez que a política internacional seria guiada pelas ações dos indivíduos (chefes de Estado e/ou Governo). Considerando que a imagem do indivíduo tomador de decisão influencia, tanto na arena doméstica como na internacional, é questionável o fato de que as mulheres não façam parte do cálculo de poder e conseqüentemente da imagem de chefe de Estado.

O conceito de masculinidade consistiria nos elementos ditos viris como, por exemplo, a força, coragem e racionalidade. Esta dominação masculinizada da feminilidade acontece não só no parque infantil e nas eleições locais, mas também no centro das políticas internacionais (ENLOE, 2014, p.31). Conquanto que feminilidade é considerada o oposto da masculinidade, logo, a política não seria um lugar para mulheres, pois elas são “seres delicados e gentis” o contrário do que representa os jogos de poder intraestatal e interestatal.

Com isso, o Estado racional e provedor da soberania e segurança é masculino, assim como a guerra. Conquanto que, a diplomacia, por exemplo, seria o feminino, uma vez que ela representaria o mais suave, o frágil, os conceitos são usados para exemplificar a natureza das instituições e os meios utilizados pelas mesmas. Entre as suas muitas conseqüências questionáveis é o de reforçar a primazia da forma masculina em detrimento da feminina, dado que homens que vivem em um mundo perigoso são considerados os protetores naturais, enquanto as mulheres são quem necessitam de proteção (ENLOE, 2014, p.30).

É imperativo destacar que as noções de masculinidade e feminilidade não são idênticas ao longo de gerações, bem como não são excludentes, como a própria formação de identidade feminina sugere, essas noções são relacionais, sendo construídas, afetadas e reproduzidas mutuamente. Assim como as guerras mudam, as relações de gênero mudam e os discursos de gênero também. Segundo Cynthia Enloe (2014, p. 31) mulheres são marginalizadas ao menos (suportar o ridículo como “não feminina”) que elas possam, convincentemente, esconder-se em um estilo masculinizado particular de discurso e ação.

⁴ Corrente teórica que considera o Estado o principal sujeito da política internacional, de forma que seu objetivo principal é a sobrevivência, para tanto buscam atingir os interesses nacionais. Ainda com relação a esta corrente teórica, a busca pela maximização de poder, por parte dos Estados leva a ausência de paz, bem como um aumento pela busca da segurança, ademais disso, outra característica é com relação falta de um governo hierárquico mundial, pois no Sistema Internacional cada um dos países busca alcançar seus objetivos, levando em conta que esta teoria assume o caráter negativo da natureza humana, ou seja, o ser humano é mal e violento, assim a ordem internacional é considerada anárquica.

Análise do discurso do eixo ABC

A análise do discurso busca compreender as construções ideológicas presentes nos textos e imagens, tal discurso, enquanto construção linguística, se dá junto ao contexto social no qual o texto ou imagem é desenvolvido, ou seja, as ideologias são construídas por um contexto político e social, conforme expõem Charaudeau; Mainguenau (2012). Assim, a análise do discurso analisa também o contexto no qual a estrutura do discurso se encontra, Brandão (2004, p.46), ao discorrer sobre essa perspectiva do discurso afirma que ela é “uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza, isto é, é um dos aspectos materiais da existência material das ideologias”, no entanto, é necessário destacar que o sentido do discurso não é fixo, dependerá do contexto, de sua forma de construção, da interpretação do receptor para a transmissão de determinada mensagem objetivada por parte do emissor.

Assim sendo, com relação ao eixo Argentina, Brasil e Chile (eixo ABC) as três presidentas aqui analisadas, Cristina Kirchner, Dilma Rousseff e Michelle Bachelet se lançam como candidatas em um contexto de crescentes demandas sociais por parte da população de seus países. Para fins deste artigo a primeira destas estadistas a ter a sua imagem estudada será Michelle Bachelet, seguida por Cristina Kirchner e Dilma Rousseff.

A carreira política de Michelle Bachelet iniciou-se ainda na juventude, quando, em 1970, começa sua militância no Partido Socialista. Por conta de seu ativismo contra a ditadura foi presa e torturada no ano de 1974 e durante os anos de 1975 a 1979 viveu no exílio. Ao retornar a seu país de origem inicia a trabalhar com serviços sociais. A partir dos anos 1990 ingressa na carreira pública, em organizações ligadas a saúde e inicia, na mesma década, seus primeiros estudos na área da Defesa. Em março de 2000 assume como ministra da Saúde do governo de Ricardo Lagos Escobar, com a pauta de aumentar o acesso à saúde para a população, ação essa que viria a ser uma de suas metas como presidenta de seu país. Já em 2002 é convidada a assumir o Ministério da Defesa e, assim, tornou-se a primeira mulher a assumir tal cargo político na América Latina. É em 2006, com um grande apoio da população chilena chega ao posto máximo da política do Chile: o de presidenta.

De acordo com Malta e Fonseca (2014) a população chilena, no começo dos anos 2000, ansiava por um chefe de Estado que pudesse unir o país, uma vez que a ditadura de Pinochet havia dividido a população. É neste cenário que Michelle Bachelet é lançada como candidata a presidência do país, pois além de apresentar um programa de governo que permitiu maior acesso à saúde e a educação, ela era vista como capaz de proporcionar ao Chile maior concertação entre os diversos grupos políticos. Esta imagem de

Bachelet foi popularizada, tendo em vista de que, conforme apresentado na seção anterior, a mulher por ser vista como delicada poderia, através do diálogo, trazer a paz necessária na esfera política e atender as demandas sociais do Estado chileno.

A trajetória de Cristina Kirchner, assim como a de Michelle Bachelet inicia ainda jovem, quando junto a Néstor Carlos Kirchner, seu futuro marido, passa a militar politicamente na Argentina. Na década de 1970, os dois se mudam para a província de Santa Cruz e passam a refugiar pessoas procuradas pela ditadura. No ano de 1989 é eleita deputada da província de Santa Cruz, enquanto que Néstor Kirchner ocupa o cargo de governador de Santa Cruz. Em 1997 participa e ganha a eleição de deputada nacional da província de Santa Cruz, cargo este que enfrentou várias disputas, já que sua postura nacionalista não estava de acordo com a maioria liberal do governo de Carlos Menem. No ano de 2001 é eleita senadora primeira como representante da província de Santa Cruz e, posteriormente, em 2005 assume a cadeira do senado argentino, mas agora pela província de Buenos Aires. Após a morte de seu marido, Cristina é escolhida pelo Partido Justicialista para disputar as eleições de 2007 para a presidência e dar continuidade ao projeto de nacionalização das políticas da Argentina.

Em relação à Cristina Kirchner sua imagem de chefe de Estado sofreu duras críticas, tanto ao longo de sua candidatura ao cargo de chefe de Estado como já eleita, uma vez que ao optar por manter cabelos compridos, usar jóias e maquiagens, somado ao uso de vestidos e saltos altos ela passa a ser vista e criticada pela mídia como feminina demais para ser presidente. Outro aspecto que é importante ressaltar diz respeito à campanha política de Kirchner, pois dentre os vários slogans utilizados um deles era: *“desde 2003 tenemos el mismo nombre. Desde 2003 tenemos los mismo ideales”*. Tal frase publicitária faz referência direta ao ex-presidente argentino e esposo de Cristina, Néstor Kirchner, além disso, na construção midiática apresentada por Regina Flores Ribeiro (2015) ao invés de referir a Cristina como presidente os meios de comunicação primeiramente faziam referência ao seu esposo e então a ela, independentemente, de ter estado a frente do governo nacional argentino mais tempo que Néstor.

Dilma Rousseff, dentre os três casos analisados, foi à terceira a galgar o cargo de presidenta de seu país. Quando jovem Dilma passa a se interessar pelo socialismo, o que a leva, após o Golpe militar em 1964, a integrar grupos armados para derrubar o governo. Primeiro como membro do Comando de Libertação Nacional (COLINA) e depois a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR – Palmares). Assim, como a chilena Michelle Bachelet, Dilma foi igualmente presa e torturada. Ao lado, do seu então marido Carlos Araújo, foi membro fundadora do Partido Democrático dos Trabalhadores (PDT) e contribuiu nas primeiras campanhas eleitorais após a redemocratização. Dentre os anos de 1985 a 1988, passa a ser Secretária Municipal da Fazenda de Porto Alegre (RS). Em 1990 é escolhida para a função de

Secretária de Energia, Minas e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul, o qual permanece até 1993 e que viria retornar no governo de Olívio Dutra em 1998. Passa a fazer parte do Partido dos Trabalhadores em 2001 e ano seguinte colabora para a construção da plataforma política relacionada ao setor energético do então candidato ao Palácio do Planalto Luiz Inácio Lula da Silva. Quando eleito, Lula convidou Dilma Rousseff para assumir o cargo de ministra de Minas e Energia, soma-se também no período a função de presidente do Conselho de Administração da Petrobras. No ano de 2005 é convidada a assumir o Ministério da Casa-Civil, em 2010 é publicamente lançada como candidata, pelo Partido dos Trabalhadores, a presidência da República.

Quando em 2009 a possibilidade de Dilma Rousseff ser escolhida como sucessora de Lula ainda era somente uma ideia, iniciaram-se as primeiras polêmicas quanto à imagem que ela transmitia ao público, ainda na época o fato de ser uma mulher divorciada e nos bastidores da política brasileira vista como dura e até mesmo histórica, por parte dos homens, pesava sobre ela. No intuito de ganhar a simpatia da população, em 2010, modificou o corte de cabelo, as roupas e passou a usar mais joias e maquiagem, bem como, se criou no imaginário do povo a ideia dela ser a “Mãe dos pobres”, já que era preciso passar a visão de que era alguém que manteria os programas sociais, ou seja, Rousseff seria a mãe carinhosa e zelosa que por meio do Estado cuidaria de seus filhos mais necessitados. Comparada às outras duas presidentas analisadas foi a que mais teve polêmicas envolvidas a sua imagem, tendo em vista que ao buscar pelo equilíbrio entre o que é entendido como feminilidade e masculinidade para poder ser aceita como política no Brasil sofreu duras críticas e questionamentos da mídia, muitos desses ataques relacionados a ela faziam especulações, inclusive, a sua escolha sexual.

Por conseguinte, demonstra-se que a feminilidade e masculinidade são construções do discurso não só midiático, mas do pensamento social, e que enquanto construções sociais e coletivas refletem a imagem da mulher no espaço público, no qual insere-se o poder, assim como, na política internacional, e expressam-se como relacionadas e influenciadas uma pela outra mutuamente, portanto, não são excludentes, fato observado através das estratégias de marketing para a inserção das mulheres na política que são também reproduzidas por essas construindo suas identidades femininas no espaço público.

Conclusão

A realidade pós colonial e da globalização faz necessária uma reformulação das maneiras de pensar a análise de gênero. Conforme Connel (2016, p. 27) “ as análises de gênero, então, precisam ser compreendidas como parte de uma economia política global do conhecimento”, sendo essa última

centralizada nos debates feministas da metrópole, mesmo o famoso ensaio *Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses* (*Sob os olhos ocidentais: Estudos Feministas e discursos coloniais*), de Chandra Talpade Mohanty (1984), revelou a falsa imagem do norte quanto à periferia, mas subestima a importância do conhecimento nessa, é apenas com a sua revisão sua revisão *Under Western Eyes. Revisited. Feminist Solidarity through Anticapitalist Struggles*” (*Sob os olhos ocidentais. Revisto. Solidariedade feminista através das lutas anticapitalistas*), de 2003, que há uma tentativa de mudar a forma como as análises de gênero estavam sendo feitas.

A importância de constituir um pensamento teórico, desenvolvendo uma epistemologia do sul sobre gênero, é pensar a igualdade de gênero como um projeto político, aliando o movimento social e o pensamento teórico como práticas políticas e reflexivas, segundo Connel (2016), é necessário transcender o pensamento da metrópole e criar uma ciência e pensamento que não estejam condicionadas em experiências fora de nossa realidade, não se trata de excluir o pensamento provenientes de outras partes do mundo, mas sim, de acordo com Connel (2016, p. 30), de “reconhecer a diversidade de vozes e experiências internas à presença política das mulheres” que não encontra-se na voz de uma minoria privilegiada.

Assim, é imperativo refletir sobre a inserção das mulheres no espaço público, já afirmava Halliday (2008), que o nacionalismo, assim como o Estado estão longe de serem neutros de gênero, no caso do sul global, grande parte da carência desse debate se dá pela falta de discussão e análise do conhecimento científico sobre gênero, delegando aos movimentos sociais, no espaço privado, a tentativa de inseri-lo no espaço público.

A América Latina mesmo tendo sofrido alterações significativas quanto à representatividade feminina na política de seus países, pós IV Conferência Mundial da Mulher, promovida pela ONU, em 1995, que estabeleceu diretrizes de atuação para inserção das mulheres na política, resultando nas cotas para a atuação daquelas nos parlamentos, não alcançou resultados significativos de discussão e inserção das questões de igualdade de gênero na agenda dos Estados.

Por conseguinte, é quando as presidentas supracitadas assumem as lideranças dos países latino americanos que a perspectiva sobre essa discussão muda no sul global. No entanto, é nesse momento que podemos analisar a construção do pensamento social, entendido no âmbito no senso comum, e do discurso midiático sobre a inserção e atuação das mulheres no espaço público, percebendo-se claramente que o discurso além de desencorajar a legitimidade dessas por conta da dicotomia feminilidade x masculinidade, ainda procura associá-las ao espaço privado.

Referências

- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BEAUVOIR, Simone. (1949/1960). **O segundo sexo – a experiência vivida**. (S. Milliet, Trad.). São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- BRANDÃO, Helena. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 2004.
- CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.
- ENLOE, Cynthia. **Gender Makes the World Go Round: Where Are the Women?**. In: Bananas, beaches and bases: Making feminist Sense of International Politics, 2 ed., p.01-36. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2014.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.
- HALLIDAY, Fred. **Ausente das Relações Internacionais: as mulheres e a arena internacional (Cap.6)**. In: Repensando as relações internacionais. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.
- MALTA, Marcio José Melo; FONSECA, Luíza Neves Marques da. **O Chile em perspectiva: o primeiro governo da presidenta Michelle Bachelet e as projeções e desafios para o segundo mandato**. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400191834_ARQUIVO_MichelleBacheleta_npuhrevisadoluizamalta.pdf>. Acessado em 10 de outubro de 2016.
- MATTA, Roberto da. **Torre de Babel: ensaios, crônicas, críticas, interpretações e fantasias**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Editora Campus, 2005.
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: A mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- _____. **Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamentos no Brasil**. Trabalho apresentado na XXX Reunião Anual de Psicologia. Brasília. 26- 29 de Outubro, 2000.

SJOBERG, Laura. 2010. **“Gendering the Empire’s Soldiers: Gender Ideologies, the U.S. Military, and the “War on Terror” (cap.16).** In: Gender, War and Militarism : Feminist perspectives edited by Laura Sjoberg and Sandra Via, 209-218. Santa Bárbara: Praeger.

SITE OFICIAL CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER. **Biografia.** Disponível em: <<http://www.cfkargentina.com/>>. Acessado em 10 de outubro de 2016.

SITE OFICIAL MICHELLE BACHELET. **Biografia.** Disponível em: <<http://michellebachelet.cl/>>. Acessado em 10 de outubro de 2016.

TOLSON, Andrew. **The Limits of Masculinity (Cap.6).** Peter F. Murphy, in: Feminism and Masculinities. Oxford readings in feminism. New York: Oxford University Press, 2004.

VIA, Sandra. 2010. **“Gender, Militarism and Globalization: Soldiers for Hier and Hegemonic Masculinity”(cap.3).** In: Gender, War and Militarism: Feminist perspectives edited by Laura Sjoberg and Sandra Via, 42-56. Santa Bárbara: Praeger.

WHITWORTH, Sandra. **Feminism.** In The Oxford Handbook of International Relations, edited by Christian Reus-Smit and Duncan Snidal, 2008. New York: Oxford University Press.